

Núcleo Multilateralismo

Plano de Trabalho 2020-2021

Objetivos

O objetivo do Núcleo Multilateralismo é promover debates e trocas de experiências que gerem proposições para guiar e informar a estratégia de inserção brasileira na ordem internacional, com representantes do governo, do setor empresarial, da academia e de instituições nacionais e internacionais de referência, como organizações internacionais e think tanks. Em 2021, com as modificações e as novas configurações de poder trazidas pela pandemia, torna-se mister avaliar oportunidades e lacunas para as relações do Brasil com seu entorno regional, com as demais regiões e com as organizações multilaterais.

Estrutura

A produção de conhecimento e conteúdo das atividades do Núcleo é feita pela Conselheira Anna Jaguaribe e pelos Senior Fellows Lia Valls e Carlos Milani. Especialistas externos poderão ser convidados para participação em atividades *ad hoc*, desenvolvimento de trabalhos, presença em seminários, colaboração em projetos e parcerias pontuais, conforme a agenda e as dinâmicas conduzidas pelo Núcleo.

Contexto

Desde as últimas décadas, e significativamente influenciados pela crise financeira de 2008, analistas apontam para a necessidade de reformulação dos pactos coletivos e das formas de interação entre os Estados no sistema internacional. O avanço da interdependência entre os atores globais e a geração de externalidades a cada nova crise, seja esta econômica, social ou política, vêm incentivando a promoção de debates acerca da redefinição da ordem global e da necessidade da construção e adaptação dos pilares que sustentam as relações internacionais contemporâneas. No processo de redefinição, os Estados foram instados a ampliar a agenda temática de inserção internacional e reorganizar estratégias de política externa para se integrar com regiões outrora distantes.

A análise desse movimento foi o principal objetivo do projeto realizado pelo CEBRI e pela KAS no ano de 2020. Pela importância que os processos de realinhamento econômico e político adquiriram, o projeto foi organizado a partir das relações do Brasil com diferentes regiões - como Ásia, Europa e Américas, assim como de temas centrais à regulação dos processos multilaterais.

Em 2020, entretanto, uma circunstância não prevista provocou um abalo inesperado nas tentativas de reconstrução da ordem internacional. A pandemia de Covid-19 ilustrou com precisão os desafios que temos à frente: crises de início local que se tornam globais devido ao movimento populacional sem precedentes em um mundo globalizado; novas doenças como efeito da ação humana sob o planeta; disputas de narrativa entre os Estados sobre a origem e a responsabilização internacional pela crise, em um contexto de aumento de polarização entre Estados Unidos e China; e desafios para a ação coordenada de organizações multilaterais, que passam por críticas sobre legitimidade e descrédito, incentivadas por correntes nacionalistas, também em avanço global.

Esta situação tem a capacidade de criar disfuncionalidades nas relações internacionais de um mundo multipolar, enfraquecendo as instâncias multilaterais, centrais para a projeção dos países intermediários ou de menor poder relativo. Para o Brasil, em particular, a conjunção de alterações globais, externamente, e de novos princípios de política externa, domesticamente, torna essencial que as análises e os estudos sobre o país considerem os mecanismos pelo qual os tomadores de decisão poderão e deverão definir os interesses nacionais, que já não logram permanecerem estáticos.

Nesse sentido, consideramos que os realinhamentos globais acentuados pela pandemia devem ser interpretados como uma conjuntura crítica, no sentido de que evidenciam e alargam exponencialmente as instabilidades que já vinham em gestação nas décadas anteriores. Já não se trata apenas de debates sobre um futuro embate (retórico ou empírico) entre Estados Unidos e China, mas sim de uma nova configuração em que divisões limitam a eficiência e coordenação de políticas multilaterais em um mundo pós-hegemônico, mas muito polarizado. Dado este contexto, torna-se necessário uma revisão de conceitos sobre a crise e a inserção na economia global e, fazem-se necessários novos questionamentos e a formulação de novas ideias e respostas.

Agenda temática do projeto

Considerando o sucesso das atividades do Núcleo em 2020, sobretudo a parceria com a KAS, mesmo em circunstâncias globais que demandaram constante adaptação e resiliência, as atividades de 2021 seguirão a metodologia de trabalho iniciada em 2020, com quatro grupos de produtos relacionais aos eixos destacadas abaixo. Em cada eixo, serão desenvolvidos eventos virtuais e publicações (policy notes e policy papers), bem como um evento presencial de encerramento e síntese.

1) Realinhamentos globais e formulação da política externa: espaços nacionais, regionais e inserção global

Neste eixo, o foco é como as políticas externas nacionais e regionais se pautam por um contexto pós-hegemônico de divergências e fragmentações. Visto a disputa entre Estados Unidos e China (que transcende a conjuntura atual do governo americano), é necessário debater as políticas e o posicionamento de atores importantes, como a Europa, Ásia e América Latina, e a reconfiguração de forças em suas respectivas regiões. Não obstante o redirecionamento do processo de globalização econômica, as economias permanecem interdependentes, o que torna imprescindível que se debata

como evoluem as opções de inserção internacional do Brasil e sua política regional e inter-regional, para repensar cenários de recuperação e ocupação de espaços no sistema internacional.

Em muitos casos, a pandemia fortaleceu dinâmicas de controle oriundas dos governos centrais. Nesse ponto, cabe discutir como políticas de soberania nacional se adéquam as práticas regulatórias multilaterais. Insere-se aqui, ainda, as crescentes demandas por diversidade e inclusão de grupos anteriormente ausentes do debate público nos níveis doméstico e internacional e a discussão de como os espaços nacionais e regionais influenciam as possibilidades de forjar uma política externa que faça frente aos novos desafios globais.

2) Comércio e transformações na economia política internacional

Se a crise de 2008 reacendeu os debates sobre as regulações do livre mercado, a pandemia levou a discussão para outro patamar. A decisiva e indispensável participação dos governos nos planos de recuperação trouxe à tona novas disputas de projetos liberais e keynesianos para a gestão de crises, bem como evidenciou os níveis de concentração de renda. A crise econômica global, a diminuição dos investimentos globais e da dinâmica das exportações faz com que os motores de crescimento econômico se voltem para dentro das nações. Torna-se, assim, mais difícil pensar que países emergentes com grandes desigualdades internas possam acelerar seu crescimento com a expansão de exportações e investimentos globais.

Nesse contexto, a diversificação produtiva com maior valor, a dependência comercial de alguns países e a importância da diversificação de pautas e de parceiros torna ao centro do debate. A crise econômica ocorre em meio a uma das mais graves crises do sistema multilateral de comércio, com a paralisação das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) e os inúmeros pedidos de renegociação de dívidas com credores internacionais. Os debates sobre a necessidade de formulação de novos acordos e novos instrumentos de regulação está na ordem do dia e interessa, particularmente, aos países em desenvolvimento. Para o Brasil, que depende fortemente do bom desempenho de sua balança comercial, a redefinição de estratégias para tirar proveito da nova configuração da EPI se reafirma como elemento estrutural da política externa.

3) Inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável

A centralidade da inovação tecnológica para o crescimento econômico e a expansão da economia digital é hoje tida quase como norma no entendimento das políticas públicas nacionais. Sem embargo, a fragmentação da discussão regulatória a nível multilateral não tem permitido a aceitação de normas globais para a regulação da economia digital. No entanto, vê-se a evolução de consensos a nível nacional e o desenvolvimento de normativas nos espaços regionais, o que até agora não diminuiu a fragmentação regulatória a nível global. Igualmente relevante, o conflito tecnológico entre os Estados Unidos e a China rompe a articulação entre investimento, compras e suprimento de tecnologia entre as cadeias globais de eletrônicos e tecnologias de comunicação, criando importantes divisões entre países e diminuindo a colaboração entre firmas e centros de pesquisa.

Este contexto externo adverso restringe as opções de políticas de investimento e compras de países não produtores destas tecnologias. Surge então a necessidade de repensar as opções tecnológicas a nível nacional e regional assim como as arquiteturas de alianças possíveis para alargar as opções de

países como o Brasil, com grandes mercados internos e crescentes números de start-ups, que se beneficiaram de tecnologias de amplo escopo facilmente difundidas até então. Ao mesmo tempo, a competitividade da produção nacional e das exportações depende cada vez mais da utilização de novas tecnologias de produção e controle de qualidade o que torna estratégica a política interna e externa de investimentos em tecnologia. Neste eixo, serão analisadas as opções de políticas nacionais e regionais que possam aumentar as opções estratégicas no contexto das dificuldades externas.

4) Crises do antropoceno, saúde global e a formação de consensos para políticas multilaterais

O antropoceno é um conceito emergente em publicações recentes, que descreve os desequilíbrios causados direta ou indiretamente pela ação humana. Os mais notáveis são o avanço sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas que, segundo estudos, já se aproximam do ponto de esgotamento de recursos, bem como as pandemias, que não se esgotam com a crise da Covid-19. A relação do homem com a natureza é capaz de gerar externalidades negativas, como conflitos por acesso a recursos escassos, migrações climáticas e, ainda, novas pandemias. Aqui, novamente, emerge o debate sobre instrumentos de regulação e acordos coletivos.

O Brasil é um país que tem naturalmente o potencial, seja pela sua matriz energética como pela sua biodiversidade, de se posicionar, com adequadas políticas públicas, na fronteira da economia verde. Neste contexto, torna-se cada vez mais premente a criação de consensos em torno a medidas nacionais e regionais de preservação e de fomento a economias circulares e outras técnicas produtivas e extrativas das quais dependem a economia verde, assim como uma política energética de cooperação regional que potencialize a matriz energética sustentável. A política exitosa nacional e regional permitirá ao país uma atuação global propulsora de novos acordos globais. Nesse ponto, o projeto discutirá propostas de políticas que impulsionam a economia verde, suas implicações regionais e como estas podem avançar discussões no contexto multilateral.

Metodologia e atividades

1. Organizar, promover e divulgar contínuos eventos virtuais e um evento presencial de encerramento e síntese sobre o impacto dos realinhamentos econômicos globais, da conjuntura crítica causada pela pandemia e seus reflexos em temas e agendas em uma perspectiva regional e internacional, ressaltando as implicações para o Brasil. Especificamente, propõe a manutenção da metodologia de trabalho de 2020, que se mostrou profícua, em organizar os debates e as atividades em grandes eixos temáticos e combinar eventos com policy briefs e policy papers.
2. Ampliar o conhecimento sobre tema nos setores público e privado e promover o intercâmbio de experiências com instituições de outros países e regiões, de forma a identificar estratégias prioritária para a formulação dos interesses brasileiros;
3. Entregar um *position paper* com propostas de plano de ação e avaliação de riscos e oportunidades para a inserção brasileira na ordem multilateral em transformação, consolidando os debates e as análises dos quatro conjuntos de atividades e do evento de encerramento.



Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é uma instituição sem fins lucrativos, que atua para influenciar positivamente a construção da agenda internacional do país. Fundado há 20 anos por um grupo de empresários, diplomatas e acadêmicos, o CEBRI possui ampla capacidade de articulação, engajando em seu plano de trabalho os setores público e privado, a academia e a sociedade civil. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes e com uma rede de mantenedores constituída por instituições de múltiplos segmentos.